



MAL E MISOGINIA

MARIA DE LOURDES ALVES BORGES¹

RESUMO: Nesse trabalho, pretendo propor uma relação entre mal e misoginia. Início com a teoria kantiana sobre o mal, apresentando seus três graus: fraqueza, impureza e perversidade. Analiso então o seguimento dessa discussão, nos textos de Hanna Arendt e Claudia Card, com os conceitos de banalidade do mal e de atrocidade. Num segundo momento, eu apresento a teoria sobre misoginia em Kate Manne. Por fim, estabeleço relações entre machismo, misoginia, mal e atrocidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mal; Misoginia; Machismo; Moral.

ABSTRACT: In this paper, I intend to make a relation between evil and misogyny. First, I present Kant's theory of evil, in its three levels: frailty, impurity and perversity. Then, I analyze the contributions of Hanna Arendt and Claudia Card, with the concepts of banality of evil and atrocity. I present the theory of misogyny by Kate Manne. At the end, I try to establish some relations among sexism, misogyny, evil and atrocity.

KEYWORDS: Evil; Morality; Sexism; Misogyny.

Na série *Big Little Lies*, um grupo de mulheres têm em comum o fato de seus filhos frequentarem a mesma escola. A vida perfeita de Celeste, mãe de gêmeos e casada com o lindo e charmoso Perry, esconde um cotidiano de agressões físicas regulares na vida do casal. A história da mãe solteira Jane também guarda alguns segredos: seu filho é resultado de um estupro. Mais tarde, por ocasião de morte de Perry, Jane reconhece que foi ele quem a estupro.

Mary Louise, mãe de Perry, que chega à cidade depois da morte do filho, descobre que tem um neto que desconhecia. Ela fica sabendo que seu filho, além de um agressor da própria mulher, Celeste, também fora um estupro. Numa conversa com Jane, ela ressalta que nunca viu uma criança tão doce como Perry e pergunta à mãe de seu neto se ela não havia provocado o estupro, talvez houvesse algo do qual ela não se lembrava. Ela disse que não. Então, Mary Louise faz a pergunta crucial. Sabendo que Jane e Perry se conheceram num bar, conversaram e até dançaram antes da agressão, ela indaga:

-Mas não havia nada de bom nele, antes do mal?

¹ Professora Titular da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC). Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail:mariaborges@yahoo.com.

Essas são as perguntas desse artigo: como entender as agressões e a misoginia na sua relação com o mal. Os agressores e misóginos são a encarnação do mal? Nada neles é bom? Ou eles são um meio termo entre o bem e o mal? O machismo é algo distinto da misoginia? Devido à sua intenção ou ao seu dano?

O mal moral

Kant teve o mérito de pela primeira vez compreender o mal apenas como o mal moral. Antes dele, o mal abarcava também o sofrimento, a doença, as calamidades e tudo o que causava dor ao ser humano. A pergunta pela existência do mal frente a um Deus bom e onipotente ocupou muitos filósofos, entre eles, Leibniz. Na sua *Teodiceia*, ele tenta explicar como Deus pode permitir que o mal aconteça.

Kant rompe radicalmente com essa tradição e concebe o mal como uma propriedade da ação humana. O mal seria aquela ação que se afasta do imperativo categórico e do que é moralmente correto fazer. Na *Religião nos Limites da Simples Razão*, Kant divide o mal em três graus: fraqueza, impureza e malignidade. Na fraqueza, nos diz Kant, o agente acata a lei moral na sua máxima, porém no momento da execução, ele não a segue. Na impureza, a ação correta é realizada tendo outros móveis que não são propriamente morais. Trata-se de uma ação externamente conforme ao dever, mas que não foi realizada por dever.

O último degrau do mal, a malignidade, é a figura mais acabada do mal radical, pois aí o agente delibera e escolhe a máxima que se afasta da lei moral e age conforme a ela. Kant nega, contudo, a possibilidade do mal diabólico e a possibilidade de um agente querer o mal pelo mal.

Temos aqui uma primeira resposta à pergunta de Mary Louise. Sim, existe o bem ao lado do mal, pois nem todas as ações do agente são más, ainda que algumas sejam más ou até mesmo monstruosas. Mas mesmo que nem todas as ações sejam más, o fato de algumas o serem, não tornariam o agente mau? Não poderia o agente ser moralmente bom em parte e mal em outra parte? Kant enuncia uma disjunção: o ser humano é, por natureza, ou moralmente bom, ou moralmente mau, ainda que ele mesmo admita que a experiência parece confirmar um meio termo entre os dois. Contudo, alerta o filósofo, a ética deve evitar, no que for possível, o moralmente intermediário.

O ser humano não poderia ser ao mesmo tempo mal em parte e bom em parte. Pois se é em parte bom, ele incorporou a lei moral na sua máxima. E se ele fosse mal em outra

parte, visto que a lei moral que está de acordo com o dever em geral, é uma só e universal, a máxima em questão seria universal e particular ao mesmo tempo, o que seria contraditório. (RGV, 6: 25)

Kant seria, nesse sentido, um rigorista em matéria moral, o que se oporia ao latitudinarismo. O filósofo excluiria, então, o meio termo moral, pois nos explica que, ao priorizarmos a lei moral, estamos comprometidos com a aplicação desta, não apenas a algumas máximas, mas a todas elas. Kant apontaria então para uma convergência de nossas máximas de ação, numa meta-máxima boa ou numa meta-máxima má. Essa meta-máxima má denotaria, não a busca do mal pelo mal, mas a inversão entre máximas morais e máximas do que ele denomina de amor de si. O mal não implica que todas as ações do agente sejam contrárias à moralidade, mas no fato do agente subordinar as máximas morais às máximas que atendem seus próprios interesses. Assim Perry poderia ter sido um bom filho e um bom pai, mas isso não o faria um bom homem, pois quando se tratava de sua esposa e de outras mulheres, ele subordinava a lei moral à sua máxima de violência.

O mal para além de Kant: Claudia Card e Hannah Arendt

Card faz algumas objeções importantes à teoria kantiana da exclusão do meio-termo moral. Ela aponta cinco casos do que considera um meio-termo entre o agente ser bom ou mal (CARD, 2010, p 44-46). O primeiro caso seria da fraqueza moral, apontada como o primeiro grau de mal. Para Card, o termo mal seria muito severo para aplicá-lo à fraqueza, pois haveria algo bom nela: um comprometimento com a lei moral, ainda que o agente tenha dificuldades para colocá-la em prática num caso particular.

Um segundo tipo de meio-termo moral seria relativo a ações erradas que não levariam a um dano previsível. Enquanto que, para Kant, ações erradas motivadas pelo egoísmo não se diferenciariam moralmente, para Card o dano causado deveria entrar no cálculo da malignidade da ação. Assim, para Kant, um pequeno furto estaria no mesmo nível de um assassinato, enquanto que, para Card, o primeiro se aproximaria de um meio-termo moral, e o segundo seria realmente um mal. O terceiro caso seria de indecisão ou ambivalência em relação aos princípios escolhidos. Ainda que, para Kant, o agente nunca deixe de ter um comprometimento fundamental em seguir ou não a lei moral, Card objeta que, na vida cotidiana, a moralidade parece nos dar exemplos dessa ambivalência.

O quarto caso de meio-termo se refere ao fato de que pessoas que julgam moralmente de forma correta na maioria das vezes podem, durante o mesmo período, julgar de forma

contraria à moral em outros. Um quinto caso, bastante polêmico, é a existência do que ela denomina de zona cinzenta, na qual vítimas da opressão, que estão sob condição de coação, movimentam a engrenagem dessa opressão. Sua fraqueza da vontade não é a fraqueza comum. Claudia Card nos explica que essa zona cinza, típica dos campos de concentração, coloca em questão as nossas próprias obrigações morais.

Alguns tipos de coação não revelam tanto as fraquezas da natureza humana que uma pessoa boa lutaria para superar, mas questionam os princípios de cada um e os limites da obrigação humana. O sentido de “boa vontade” aqui torna-se obscuro. Algum grau de escolha moral permanece, visto que algumas opções são piores que outras. Contudo, apesar de seus melhores esforços numa situação onde não há boas opções, os sobreviventes da zona cinza normalmente sentem que sua moralidade foi comprometida. Essa situação é intermediária, não no sentido de “em parte bom, em parte mal”, mas no sentido de “não claramente bom, nem claramente mal”.(CARD, 2010, p. 46)

A experiência dos campos de concentração, sem dúvida, trouxe novos desafios para a reflexão sobre o conceito do mal. Sob ameaça de morte e sua própria aniquilação, o agente se vê forçado a decidir por cursos de ação que não aceitaria como possível, caso não houvesse essa mesma coação. Hanna Arendt atualiza a noção de mal kantiana ao examinar a experiência totalitária, principalmente o regime nazista. Inicialmente, Arendt retoma esse conceito na análise do julgamento de Eichmann em Jerusalém, o qual cobriria como jornalista enviada pelo *The New Yorker* em 1961.

Eichmann era o encarregado de organizar os trens que iam para os campos de concentração. Ele sabia que esses não eram campos de trabalhos forçados, mas campos de extermínio, e realiza seu trabalho como quem fazia seu “dever”, pois segundo ele admitiu, apenas seguia ordens.

Arendt espanta-se com a forma burocrática e carente de culpa com a qual Eichmann respondia às questões formuladas por seus acusadores. Espanta-se por não ver ali um ser monstruoso, mas um ser banal. Não se tratava de alguém que fizesse o mal pelo mal, como uma encarnação humana do demônio, mas alguém que mandava pessoas para a morte como podia mandar cartas ao seu destino. Um burocrata que não refletia sobre seus atos e que os desculpava com a alegação de que seguia ordens do Führer: “Eichmann não era Iago, nem Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que decidir, com Ricardo III, ‘para provar que era vilão’. (...) Ele apenas, para facilitar o assunto, nunca compreendeu o que estava fazendo.” (ARENDR, 1983, p 295).

O conceito arendtiano possui pontos de semelhança e de diferença com relação ao mal radical kantiano. Como semelhança, poderíamos dizer que em nenhum dos dois casos o agente do mal é tomado como diabólico, no sentido de querer o mal pelo mal. Contudo, em nenhum momento poderíamos tomar o mal kantiano como banal, pois o agente conhece a lei moral, dada pelo Fato da Razão, e pratica com plena consciência o ato que o distancia da moralidade.

Enquanto Arendt apresenta um conceito de mal enfraquecido, se comparado ao seu correspondente kantiano, Card nos apresenta um novo grau do mal. Ao examinar a tripartição do mal em Kant, considera que ele não é capaz de distinguir erros morais, como mentir para se ver livre de apuros, de males que levam à destruição de outrem. Para ela, essas ações que são manifestações de perversidade extrapolariam o mal kantiano. Ela as denomina, não mais de mal, mas de atrocidades.

Card diferencia o que chama de erro menor da atrocidade segundo o dano causado pela ação. Enquanto o primeiro não causa sério dano a alguém, o segundo certamente o faz. Podemos tomar como exemplo um pequeno furto e um assassinato; se comparamos o dano de um e outro, o segundo certamente tem um maior grau de dano. Se essa diferença aparece certamente nas teorias jurídicas, na teoria moral ela costuma desaparecer, o que é o caso de Kant. A diferença entre os graus de mal dependeriam apenas do grau de agência e deliberação: a fraqueza, por se originar de uma ação não refletida, seria menos grave do que a malignidade, independente do dano causado.

As atrocidades, o grau mais severo de mal para Card, causariam, ao contrário dos erros menores, danos intoleráveis, tais quais os listados por ela:

falta de acesso a comida não tóxica, água ou ar; impossibilidade de se ver livre de dor prolongada e severa, humilhação, ou medo debilitante; prolongada incapacidade para mover seus braços e pernas ou para ficar em pé, sentado ou deitado; falta de relação afetiva com outros; incapacidade de fazer escolhas e agir efetivamente conforme algumas delas. (CARD, 2010, p. 8).

As atrocidades seriam, portanto, o mal que nos rouba o direito a uma vida digna. A diferença entre os erros menores e as atrocidades não reside na motivação, que pode ser a mesma num e outro caso. Tanto um furto pequeno como um assassinato podem ser cometidos por egoísmo ou cobiça. Nesse ponto, Card segue Arendt, ao afirmar que atos monstruosos não precisam ser realizados por sujeitos monstruosos, ou seja, pessoas comuns podem fazê-lo, tendo como motivação a mesma ambição, cobiça ou egoísmo. A surpresa, pois, da mãe de Terry, ao ser confrontada com atos monstruosos do próprio filho, é explicada por Card e Arendt, que afirmam que atos monstruosos na maioria das vezes não são realizados por pessoas que

consideramos monstruosas, mas por pessoas comuns, não tendo uma motivação diferente de atos comuns.

Os graus do mal: machismo e misoginia em discussão

Tendo como pano de fundo a discussão sobre o mal, proporia uma distinção entre machismo e misoginia, seguindo a diferença entre mal e atrocidade. Poderíamos chamar de machista a um homem que, por exemplo, ao escolher seu cirurgião, prefere um homem do que uma mulher, baseado em estereótipos de gênero tais como “os homens têm mais sangue frio”, “as mulheres são mais emocionais, indecisas” etc. Ou ao homem que declara que a maternidade é o papel mais importante da mulher. Poderíamos chamar esses homens de machistas ou sexistas, mas certamente sua ação de escolher um homem cirurgião, ao invés de uma mulher, ainda que preconceituosa, não seria tão grave quanto o assassinato de uma mulher. Da mesma forma, o marido que afirma que o papel mais importante de sua esposa é o de mãe reforça o preconceito em relação ao gênero feminino, mas não necessariamente demonstraria uma hostilidade em relação a ela. A misoginia estaria mais ligada ao ódio à mulher, como o termo sugere, a atitudes hostis e por vezes violentas em relação a elas. Minha proposta seria pensar em graus de ataque, indo desde as atitudes mais triviais sexistas até a tortura e assassinato de mulheres. Reservaria o termo misoginia para os graus mais severos de mal, ou seja, para a atrocidade.

Temos, contudo, um paradoxo histórico. Se as atitudes do primeiro tipo, que denominarei de machistas, estão perdendo espaço a partir das lutas e reivindicações das mulheres, parece que as atitudes de hostilidade estão aumentando. Kate Manne inicia seu brilhante livro *Down Girl; the logic of mysoginy*, com a pergunta: “Quando as mulheres serão humanas? Quando?” (Manne, 2018, p. xiv). Ao mesmo tempo em que reconhece que houve grande progresso em relação à igualdade de gêneros a partir de movimentos feministas, bem como mudanças na legislação, ela afirma que a misoginia continua a existir. Ao falar dos avanços do que denomina de sociedades pós-patriarcais, afirma:

Não há dúvida de que nesses meios muito progresso foi feito no que toca à igualdade de gênero, a partir do ativismo feminista, mudanças culturais, reformas legais (leis contra discriminação sexual) e mudanças nas políticas institucionais (ação afirmativa, cujas beneficiárias principais nos Estados Unidos tenderam a ser as mulheres brancas). Ganhos para meninas e mulheres na educação foram impressionantes. Contudo, a misoginia ainda está presente entre nós. (MANNE, 2018, xiv).

Manne examina no seu livro vários episódios de misoginia, entre eles o estrangulamento e o assassinato em massa de mulheres. Em relação ao primeiro, a autora o considera como um tipo de prática paradigmática da misoginia, porque muitas vezes não deixa marcas visíveis, ainda que leve as mulheres à morte.

Em relação aos assassinatos em massa, ela analisa o que para muitas feministas é uma situação paradigmática de misoginia: o caso Isla Vista. Em maio de 2014, após avisar que iria se vingar das mulheres que o fizeram ter uma “vida de solidão e desprezo” e que exterminaria todas as garotas da sororidade *Alpha Phi*, Eliot Roger entra no campus da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, se dirige à sede desta sororidade e atira em três estudantes, matando duas. Depois disso, ele sai com seu carro e continua atirando de forma caótica, ferindo muitos homens e mulheres. Ao final, ele se mata. (MANNE, 2018, p. 36)

A partir desse paradigmático exemplo de misoginia, Manne indaga o que a misoginia poderia ser. Qual seria a base para a hostilidade e agressão dirigidas às mulheres devido ao seu gênero? Manne sugere uma resposta a essa pergunta, a partir da consideração dos papéis que a mulher assume numa sociedade patriarcal como subordinadas atentas e amorosas ao gênero masculino:

A percepção de resistência feminina ou violações das normas que governam esses papéis sociais naturalmente tenderiam a provocar esse tipo de reação. O que poderia ser a base mais natural para a hostilidade e agressão do que a defecção em relação ao papel de uma subordinada atenta e amorosa? É esperado que isso deixe os beneficiários dessa submissão (no caso, os homens) sentindo-se usurpados e negligenciados. (MANNE, 2018, p. 50)

A hostilidade aparece então como um retorno, uma vingança, pois críticas morais ou acusações das mulheres poderiam ser sentidas como uma quebra das regras pelos homens:

Foi exigido historicamente das mulheres, postas numa relação de apoio moral assimétrico com os homens, que lhes mostrassem respeito, aprovação, admiração, deferência e gratidão, assim como atenção moral, simpatia e preocupação. Quando ela dirige críticas morais ou acusações na sua direção, ela está recusando a ele a boa vontade que ele está acostumado a receber. Ele pode até ser, de certa forma, dependente da sua boa vontade para manter seu tênue senso de valor próprio. O ressentimento ou crítica, por parte dela, pode ser sentido como uma traição, uma reversão das relações apropriadas entre eles, e isso pode fazê-lo “dar o troco”, buscando vingança ou retribuição. (MANNE, 2018, p. xxi)

Manne compreende a misoginia como uma manifestação da ideologia patriarcal, ao invés de um fenômeno misterioso e psicológico, de motivação inacessível. Além disso, evita pensá-lo como um fenômeno que não seja político. Ela afirma que devemos entender a

misoginia como um sistema que controla e torna obrigatória as normas e expectativas de uma ordem social patriarcal. Segundo ela, essa visão nos permite:

Entender a misoginia como um fenômeno social sistemático, através do foco nas reações hostis que as mulheres encontram ao navegar no mundo social, ao invés das bases psicológicas para essas reações. Tal hostilidade não necessita de forma alguma ter uma base imediata nas psicologias dos agentes individuais. Instituições e outros ambientes sociais podem ser proibidores, frios e hostis em relação às mulheres. (MANNE, 2018, p. 21)

A atribuição da misoginia ao patriarcado tem o objetivo de ressaltar que os comportamentos hostis em relação às mulheres não se originam de uma patologia psíquica daquele que comete a violência, mas são gerados numa sociedade que deseja submeter as mulheres a padrões pré-estabelecidos. Nesse sentido a autora defende que a misoginia num ambiente social é metafisicamente dependente de normas e expectativa de natureza patriarcal. (MANNE, 2018, p. 66).

Fica aqui a questão: atribuir a misoginia ao patriarcado não significaria diminuir a responsabilidade do agente? Não exatamente, pois ele seria imputável, mesmo que seguisse determinações sociais. Mas, ainda que fosse imputável, isso não tornaria o agente menos culpado, se atribuirmos a reponsabilidade última a um sistema social?

Se retomarmos à reflexão kantiana sobre o mal, veremos que ali também há a ideia de que o mal tem um componente social. A diferença que Manne estabelece entre sexismo e misoginia é que o primeiro seria um braço do patriarcado que justifica e racionaliza a ordem patriarcal, enquanto a misoginia seria o braço que controla e impõe suas normas e expectativas. (MANNE, 2018, p.20)

Machismo e misoginia: uma questão de grau?

Se pensarmos sexismo e misoginia como graus do mal, poderíamos compreender as atitudes sexistas como baseadas numa compreensão da mulher como inferior, o que sem dúvida a caracterizariam como manifestações do conceito de **mal radical** kantiano. Se levarmos em consideração os danos causados, poderíamos classificar as atitudes de hostilidade e violência típicas da misoginia como aquilo que Claudia Card denomina de **atrocidades**, pois causam um grave dano a outrem. Há, contudo, uma zona intermediária. Onde classificaríamos o mal exercido quando um homem reiteradamente critica uma mulher como aquela que “sempre faz tudo errado”, ou como aquela “que não sabe nada”, ou aquela cujas opiniões são ridicularizadas

ou desconsideradas? Por certo, ainda que não exibam um padrão de violência típica de uma agressão física, causam danos psíquicos ou morais de difícil reparação.

Talvez a linha divisória entre machismo e misoginia seja difícil de estabelecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDETT, Hannah. *Eichman in Jerusalem, um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama, 1983.

CARD, Claudia. *Confronting evils: terrorismo, tortura e genocídio*. New York: Cambridge University Press, 2010

KANT, Immanuel. 8. _____ *Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft. Kants gesammelte Schriften*. Band 6 (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)

MANNE, Kate. *Down girl, the logic of misogyny*. New York: Oxford University Press, 2018.